

DISPUTAS DE MEMÓRIA SOBRE 1964: A DITADURA MILITAR EM MANUAIS DIDÁTICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MEMORY DISPUTES ABOUT 1964: THE MILITARY DICTATORSHIP IN INSTRUCTIONAL MANUALS OF BASIC EDUCATION

Cleiton Aparecido Basilio¹
Flávia dos Santos Arielo²

1. Especialista em História Cultura e Poder pela Universidade do Sagrado Coração – USC, Bauru- SP.
2. Doutoranda em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, SP. Professora do Curso de História e da Especialização em História, Cultura e Poder da Universidade do Sagrado Coração – USC, Bauru- SP.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e interpretar como os conteúdos referentes à Ditadura Militar brasileira são apresentados nos livros didáticos do ensino fundamental nos anos finais, no ano de 2017, nas escolas públicas e particulares. Focou-se se nos conteúdos referentes ao período entre 1964 e 1985. A escolha dos manuais didáticos ocorreu em função da oferta para consulta do livro do professor nas bibliotecas das escolas Estadual, Municipal e particular, da cidade de Iacanga, no interior de São Paulo, sendo elas: Projeto Araribá História de Maria Raquel Apolinário, de 2014, da editora Moderna; História de Marco Pellegrini, de 2014, da editora FTD; e História de Celina Fiamoncini, de 2013, da editora Positivo. Na fundamentação teórica, foram utilizados os autores Bittencourt (1993), Cassiano (2007), Fonseca (2003) e Chaves (2006). A partir da análise, constatamos que ainda prevalece nos livros didáticos atuais grandes destaques nos

Recebido em: 30/07/2018
Aceito em: 22/11/2018

acontecimentos cronológicos e factuais. O termo Golpe Civil-Militar ainda não aparece de forma explícita, evidenciando que alguns setores e traumas do período permanecem pouco explorados.

Palavras chave: Ditadura Militar. Livros Didáticos. Golpe Civil-Militar.

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing and interpreting how the contents referring to the Brazilian Military Dictatorship are presented in the textbooks of elementary school final years, in the year 2017, in public and private schools. It was focused on the contents of the period between 1964 and 1985. The choice of textbooks was based on the offer to consult the teacher's book in the State, Municipal and private schools libraries of the city of Iacanga, in the interior of São Paulo : Araribá Project History of Maria Raquel Apolinário, from 2014, from the Moderna publishing house; History of Marco Pellegrini, of 2014, of the FTD publisher, and History of Celina Fiamoncini, of 2013, of the publisher Positivo. In the theoretical basis, the authors Bettencourt (1993), Cassiano (2007), Fonseca (2003) and Chaves (2006) were used. From the analysis, we find that in the current textbooks major highlights in chronological and factual events still prevail. The term Civil-Military Coup still does not appear explicitly, showing that some sectors and traumas of the period remain little explored.

Key-words: Military Dictatorship. Textbooks. Civil-Military Coup.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar como o período conhecido como ditadura civil-militar no Brasil (1964 1985) é abordado atualmente em manuais didáticos da disciplina de História nos 9º anos do ensino fundamental: anos finais na cidade de Iacanga, interior do Estado de São Paulo. São consideradas três obras específicas: *Projeto Araribá História*, de Maria Raquel Apolinário, de 2014, da editora Moderna; *História* de Marco Pellegrini, de 2014, da

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

editora FTD, e *História* de Celina Fiamoncini, de 2013, da editora Positivo. Por meio da análise qualitativa desta amostragem e tendo em vista que os mesmos são amplamente distribuídos e usados no ensino de História por muitas instituições escolares em vários estados e municípios, acreditamos montar um panorama de como esse assunto é trabalhado nos dias atuais nas escolas Estaduais, Municipais e particulares em nosso país.

Considerando a importância que o livro didático desempenha no processo de ensino aprendizagem, é de extrema relevância discutir como um tema relativamente recente e controverso de nossa história vem sendo representado para os docentes e discentes de nossa educação, e de que forma tem contribuído para a construção de um imaginário crítico em relação ao tema. Para tanto, vale lembrar que, segundo Bittencourt (1993), o livro didático é um objeto cultural contraditório que gera, ainda, inúmeras críticas e polêmicas de múltiplos setores, e que, no entanto, ainda é considerado um instrumento essencial no processo de escolarização.

Neste sentido, para Cassiano (2007), os livros didáticos possuem uma dimensão econômica e político-ideológica. Para o autor, estes livros são antes de tudo uma mercadoria, um produto do mundo da edição e que obedecem a lógica de mercado. Nessa perspectiva, Fonseca (2003) salienta que o ensino de história tem estreita relação com o universo da indústria cultural e que as mudanças na produção de conhecimento chegam à escola básica, não só pelos currículos, mas sobretudo pela difusão do livro didático. No entanto, Chaves (2006) nos alerta que os livros didáticos como conjunto de manuais disponibilizados para a escolha dos professores trazem, em sua essência, um saber sistematizado sobre os mais variados temas e situações, e que estes, por sua vez, podem privilegiar alguns temas e silenciar outros. Sendo assim, percebe-se que os livros didáticos não compõem um corpo homogêneo, tendo muitas vezes no próprio conteúdo temas e assuntos carregados de ideologias em virtude da variedade de ideias e interpretações contraditórias.

Vale lembrar que as obras analisadas são versões destinadas ao professor e não se esgotam neste trabalho outras possibilidades de discussões que possam contribuir ao tema. Em momento algum no corpo deste texto buscamos depreciar o trabalho dos autores citados e consecutivamente das editoras mencionadas. Buscamos, por meio deste artigo, mesmo que minimamente, contribuir com uma reflexão a respeito de um tema que ainda possui muitos traumas não superados na história do nosso país.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

A ditadura militar pode ser identificada como um período da política brasileira em que os militares tinham imenso poder e governaram o país sob a égide da violência, arbitrariedade, ausência de leis e regras que respeitassem o direito de expressão e de liberdade dos cidadãos brasileiros. Segundo Chiavenato (1997), a ditadura militar no Brasil teve início no golpe de 64, gerada pela crise que levou à renúncia do presidente Jânio Quadros em julho de 1961, após sete meses de governo.

Seu vice João Goulart assumiu a presidência depois de muitos conflitos, pois, também, não era visto com bons olhos pelos mesmos que forçaram Jânio Quadros à renúncia. As reformas que João Goulart trouxe ao seu governo assustaram as elites. Em março de 1964, depois de rebeliões, da perda da sustentação popular, do apoio dos políticos, contexto de medo, insegurança do terror, da ameaça da Guerra Fria, e tendo como aliado os Estados Unidos da América, os militares e políticos de direita encontraram a oportunidade de intervir radicalmente no país, derrubam o governo de João Goulart, e instauram uma ditadura militar que cuidou rapidamente de desprezar os políticos e as instituições.

O objetivo do Estado era criar um sistema que concretizasse seu monopólio intelectual sobre a massa populacional. Mesmo que nessa complexa sociedade existissem pessoas com funções e pensamentos diferentes. Os que se opunham ao regime foram colocados para o caminho exclusivo da violência e da repressão demasiadamente utilizada pelos militares. O regime militar degenerou-se em um sistema repressivo, que cuidou de levar a violência para todos os segmentos considerados de oposição.

Neste sentido, Alves 2005 salienta que:

Logo após o golpe militar, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo país. O Exército, a Marinha e Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensivas, para levar a efeito operações em larga escala de “varredura” com pente fino. Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas. O objetivo era “varrer” todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais anterior a 1964 (2005, p.72).

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

Arns (1985), explica que os inimigos internos não foram apenas os líderes políticos e sindicais perseguidos pelo regime militar, mas também os intelectuais, funcionários públicos e artistas. Acreditavam que impedindo essas pessoas de exercerem sua profissão e manifestarem suas ideias estariam combatendo o comunismo.

Os inimigos internos eram presos, torturados e suas famílias ameaçadas, a fim de obterem informações a respeito da possível sublevação popular, que colocaria em risco o regime. Segundo Arns (1985), os presos eram identificados oficialmente como presos políticos. A violência atingia homens e mulheres, famílias e crianças, ninguém era poupado das atrocidades do governo militar. A liberdade de expressão não existia, não havia eleições para a presidência, o povo brasileiro era dominado por uma classe autoritária e massacrante, que conseguiu o respeito e o silêncio de uma nação através de brutalidades e ameaças.

De acordo com Arns (1985), os perseguidos e presos políticos não tinham a quem recorrer judicialmente, já que a violência era imposta pelo próprio Governo brasileiro. Uma violência oficial, por um sistema baseado no autoritarismo, que não tinha limite nas suas ações. O que lhes importava era manter o sistema vigente, independente da atitude a qual deveriam tomar, usaram de muitos meios e artifícios truculentos, tratando assim a população brasileira sem o mínimo respeito aos direitos humanos.

DITADURA MILITAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Ditadura Militar foi realmente um tempo marcado por transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, desencadeado por lutas e repressões. No âmago deste regime militar, a educação precisou ajustar-se às precárias condições tanto de financiamento, como espaço físico, recurso materiais e qualificação profissional. Neste sentido, numa ação audaciosa da elite dominante, duas reformas foram empreendidas: Ensino Superior, lei 5.540/68 e a reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Grau, lei 5.692/71. De acordo com Carvalho (2012), as reformas educacionais procuravam responder à nova política econômica que estava totalmente voltada para os investimentos estrangeiros. Os empréstimos externos, neste sentido, eram essenciais para a retomada do crescimento econômico do país.

Deste modo, a educação no período da Ditadura Militar começou a ser pensada para preparar o indivíduo nos moldes da “Modernização” do Estado. A escola tinha que se moldar às exigências da nova estrutura de mercado e governo que visavam à profissionalização em larga escala de homens e mulheres para o mercado de trabalho.

Neste sentido, Otaísa Romanelli (1991) destaca:

É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é constituída a Lei 4.0024, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar formação a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro dos espíritos dos “slogans” proposto pelo governo, como “Brasil Grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”, etc., planejava se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira (1991, p.64).

Germano (1994), complementa:

Ela visa, essencialmente, à produção da força de trabalho (mediante a escolarização e qualificação); à formação dos intelectuais (em diferentes níveis); à disseminação da “concepção de mundo” dominante (com vistas a contribuir para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida); à substituição de tarefas afetas a outras atividades sociais, cujas funções foram prejudicadas pelo desenvolvimento capitalista (como, por exemplo: a adoção de creches como forma de possibilitar a permanência no mercado de trabalho da força feminina), além da evidente regulação dos requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional (1994, p. 101).

Com a instalação de uma educação tecnicista, para atender às necessidades da crescente industrialização fruto do capital estrangeiro, a educação brasileira prioritariamente passava a ser ajustada nos ideais de racionalismo que tinha como objetivo central a organização e eficiência. Segundo Veiga:

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento sócio-econômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (1989, p. 34).

Mas, ao mesmo tempo em que o Estado fez uso da política educacional como meio de garantir sua supremacia, deixou de assegurar a escolarização da força de trabalho ativa, que é uma das principais funções de um Estado capitalista, em relação à política

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

social. Na realidade, ele contribuiu para a exclusão social das classes populares “privilegiando o topo da pirâmide” (Germano, 1990, p. 8).

Sob essa conjuntura em que a política educacional se insere, as disciplinas atenderiam às demandas de um ensino tecnicista priorizado pelo regime militar, com o intuito de direcionar o homem para o mercado de trabalho. A situação das escolas públicas, em meio à essa política educacional, era de formação profissional dos filhos da classe operária. Trabalhavam, também, na formação desses, como instrumentos econômicos do país, tornando dessa maneira as escolas, um estabelecimento educacional de 2ª classe que teriam de transmitir a educação tecnicista, tarefa essa que não exige conhecimento e sim habilidades práticas e manuais, (Pellanda 1986).

Ribeiro (1998) reitera que o novo modelo educacional era constituído por “interesses das minorias responsáveis pelo golpe militar de 1964 e os da burguesia internacional” (p. 193) estreitamente ligados, revelando, desse modo, um destaque na educação, não para a qualidade, mas sim para a quantidade, ou seja, uma ênfase nas técnicas e não nos ideais, “na adaptação e não na autonomia, nas necessidades sociais e não nas aspirações individuais, na formação profissional em detrimento da cultura geral” (p. 195).

É importante salientarmos que em meio a essas mudanças ocorridas no âmbito do ensino brasileiro, a ditadura militar utilizou-se da educação para transmitir a forma de pensar autoritária para sociedade. Para tanto, a disciplina de História foi peça chave dessa ideologia. As intenções reais eram gerar pessoas passivas através de um condicionamento de não reação e não subversão; deste modo as ações do governo autoritário e suas intenções não seriam questionadas. Neste período, os manuais didáticos trouxeram em sua essência a história dos grandes heróis da pátria, no qual deveriam ser venerados juntamente com o patriotismo e o civismo.

Neste sentido, Thais Nívia de Lima Fonseca destaca:

Após 1964 o ensino de História aprofundou essa concepção, combinada com medidas de restrição à formação e à atuação dos professores e com uma redefinição dos objetivos da educação, sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no sentido de exercer o controle ideológico e eliminar qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário. Vista dessa forma, a História tradicional adequava-se aos interesses do Estado autoritário, medida em que apresentava o quadro de uma sociedade hierarquizada, cuja vida seria conduzida de cima para baixo e que a ordem seria uma máxima a ser seguida pelos seus membros. Sem espaço para a interpretação e análise crítica, não haveria como instrumentalizar o indivíduo para o questionamento da ordem. A reorganização do ensino de História teve, pois, conotações políticas, passando a ser de competência de

órgãos públicos, tecnicamente aparelhados para os fins que se adequassem aquela Doutrina (2003, p.56).

Desta forma, a ideologia do golpe militar se estendeu aos bancos escolares. Os sentimentos de patriotismo e de obediência às leis vigentes se tornaram mecanismos pedagógicos do Estado autoritário. Podemos observar que tais modificações foram estruturadas de maneira hierárquica, os militares ditavam as novas regras da sociedade. Por sua vez, as instituições e os profissionais da educação sofreriam as punições cabíveis em caso de não adaptação.

Essa proposta educacional que se instalou após a implementação do Regime Militar acabou por restringir os professores de História na essência do seu trabalho. Segundo Aranha (1996), os professores de História foram vigiados tendo sua disciplina incorporada e reorganizadas em outras disciplinas, sendo elas, Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica.

Nessa perspectiva, Ghirardelli (1991), observa que a disciplina de História foi substituída nas séries iniciais pela disciplina de Estudos Sociais, que assimilava conhecimentos de História e Geografia. No Ensino Fundamental e Secundário, pela Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

Léa Maria Vedana (1997) destaca:

Introduzir as disciplinas sobre civismo significa impor a ideologia da ditadura, reforçada pela extinção da filosofia e a diminuição da carga horária de História e Geografia, que exerce a mesma função de diminuir o senso crítico e consciência política da situação (1997, p.54).

As reformas educacionais empreendidas nos anos de 1968 e 1971 reformaram alguns aspectos da LDB vigente 4024/61. Desta forma, manteve a continuidade da ordem socioeconômica arquitetada pelo golpe. De acordo com Souza (1981, p. 67- 68), o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país.

Sobre as reformas, Cunha (1991) conclui que tanta a reforma 5.540/68, como a 5.692/71 teve função de conter o crescente grupo de jovens das camadas médias que buscavam através do ensino superior um meio de ascensão nas burocracias ocupacionais. E que a pós-graduação desempenhava a função de recuperar o valor econômico do diploma, sendo acessível apenas para uma camada privilegiada, em termos intelectuais e de renda.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

Aranha (1989), em sua avaliação crítica sobre as reformas, afirma que além de terem sido um fracasso, trouxeram vários prejuízos para a educação brasileira. Os oito anos de obrigatoriedade tornaram-se letra morta, a profissionalização não se efetiva, não consegue desfazer o dualismo, além da diminuição da carga horária do curso de História e de Geografia.

Analisar políticas educacionais significa conhecer as articulações entre o Estado e a sociedade em determinado contexto no qual ela se inseriu. Podemos observar que a importância do qual o regime ditatorial atribuiu à educação foi de utilizá-la como uma espécie de braço do Estado no sentido de formar cidadãos e trabalhadores qualificados aos moldes do governo vigente. Ou seja, foi uma estratégia do Estado para o desenvolvimento econômico do país interferindo, do mesmo modo, nas correlações de forças sociais, em especial nas que confrontavam ao sistema autoritário.

No próximo capítulo buscou-se analisar como a ditadura militar é posta em manuais didáticos na Educação básica Ensino Fundamental Anos Finais nas redes de ensino Municipal, Estadual e particular no Município de Iacanga no ano de 2017.

ABORDAGENS SOBRE A DITADURA MILITAR EM MANUAIS DIDÁTICOS

Levando em consideração que atualmente os manuais didáticos se constituem no principal e por muitas vezes o único aliado e instrumento de trabalho do professor em sala de aula, foram selecionadas três coleções didáticas utilizadas nas escolas Estadual, Municipal e particular da cidade de Iacanga interior de São Paulo para analisar a forma como os autores abordaram, em seus manuais, os conteúdos referentes a Ditadura Militar no Brasil, tentando encontrar respostas para a perturbadora indagação: Golpe Civil-Militar ou Revolução? Reiteramos que as obras analisadas neste artigo são versões destinadas ao professor e não esgotam a discussões acadêmicas relacionadas ao tema, tendo as mesmas muitos silêncios e lacunas a serem preenchidas e repensadas. Na sequência faremos uma análise da maneira como os livros didáticos selecionados apresentam o assunto. No entanto, vale reiterar que o objetivo deste artigo não é depreciar o trabalho dos autores e das editoras responsáveis, buscamos através dessa pequena amostragem observar como a ditadura militar vem sendo trabalhada nas escolas brasileiras atualmente. Os

livros analisados foram: *Projeto Araribá História* de Maria Raquel Apolinário de 2014 da editora Moderna; *História* de Marco Pellegrini de 2014 da editora FTD e *História* de Celina Fiamoncini de 2013 da editora Positivo.

O primeiro livro a ser analisado é denominada *Projeto Araribá História* de Maria Raquel Apolinário de 2014. A Obra é composta por uma série de quatro volumes para os alunos de 6º a 9º anos. No decorrer desse texto se trabalhará somente com o volume quatro, no qual se encontra o conteúdo referente a Ditadura Militar no Brasil. Apolinário (2014), em sua apresentação, traz a ideia de que os livros de sua coleção provoquem no leitor um olhar que não seja de passividade, desrespeito ou indiferença e que para isso os temas, os textos, as imagens e as atividades foram criteriosamente escolhidos para que o aluno possa desenvolver seu potencial de compreensão, investigação e produção de conhecimentos. Na unidade 8 denominada “Democracia e ditadura no Brasil”, o assunto é dividido em quatro temas, sendo eles: “Os governos democráticos”; “O fim das liberdades democráticas”; “Protesto e cultura no regime militar” e “O processo de abertura”.

A autora tenta trabalhar todos os temas de forma esclarecida e didática abordando os fatos cronologicamente. Nessa perspectiva, observa-se a utilização do termo “golpe civil-militar” como subtítulo ao assunto que trata justamente da deposição de Jango, seguido da transição do governo democrático para o regime militar. Termo este peculiar ainda em livros didáticos apesar de ser o mais indicado, segundo especialistas. Apesar do subtítulo “golpe civil-militar” sugerir que a sociedade civil teve participação efetiva na entrada dos militares no poder, a palavra “golpe”, no corpo do texto, é utilizada de forma muito singela. Destaca-se o trecho de Apolinário (2014, p. 215), quando menciona que: “No Rio, Jango não aceitou o golpe e foi para Brasília e depois Porto Alegre tentar articular a resistência”.

Em relação aos movimentos sociais como protesto, a autora aborda, primorosamente os movimentos estudantis, operários e artistas como instrumento de contestação ao regime. Evidencia-se no trecho de Apolinário (2014, p.222), que “A estratégia de luta armada, mesmo sendo a forma mais radical e corajosa de combater o regime militar, não foi a única nem a mais capaz de atrair a atenção da sociedade brasileira e conquistar seu apoio. Entidades estudantis, operários e artistas também lutaram pela mesma causa, manifestando com seus próprios métodos, o repúdio ao governo ditatorial e o anseio por democracia”.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

Apolinário (2014), no decorrer de seu texto privilegia questões políticas e econômicas como pode ser observado nos detalhes e ao espaço dedicado aos governos de Castello Branco, Costa e Silva e Médici. Já em relação às perseguições, prisões, exílios, censuras e torturas, a autora deixa de abordar tornando-se muitas vezes omissa em determinados assuntos. No entanto, de forma otimista a autora explora e faz referências às situações cotidianas das pessoas comuns e do movimento indígena na luta pela resistência contra a ditadura. Evidencia-se no trecho de Apolinário (2014, p.228), quando citou que: “recentes investigações promovidas pela Comissão Nacional da Verdade revelaram que ao menos 8.350 indígenas foram mortos, presos, torturados ou expulsos de seus territórios entre 1964 e 1985”.

Apolinário (2014) traz no final de cada tema exercícios que utilizam gráficos, trechos de jornais e charges para análise sobre o período. No final do capítulo, a autora dedica duas páginas oferecendo uma sequência de textos complementares sobre as ditaduras na Argentina e no Chile. São eles: “Os militares tomam conta da América latina”; “Política e futebol na Argentina”; “O sequestro de bebês” e “A ditadura Chilena”. Evidenciando-se no trecho de Apolinário (2014, p.232), quando menciona que: “O Brasil não foi o único país a ser governado por militares no período. Nos anos de 1960 e 1970, ditaduras semelhantes se instalaram por quase toda América Latina”.

Ao analisarmos o livro, percebemos que a intenção da autora era de apresentar que o estudo da História não é apenas pontuar os fatos de forma sucessória, mas mostrar que a História não é única e verdadeira e que existem muitas interpretações e formas de ver o mundo.

A segunda obra analisada é intitulada *História* de Marco Pellegrini, de 2014. O livro também é igualmente composto por quatro volumes distribuídos de 6º a 9º anos sendo o tema Ditadura Militar Brasileira abordado somente para o 9º ano, sendo este o módulo quatro com temas divididos em: “Os militares no poder”; “A resistência cultural nas artes”; “A resistência cultural nas empresas”; “A resistência armada”; “O milagre econômico brasileiro”; “Abertura política” e “O fim da ditadura militar”. Pellegrini (2014), ao apresentar a obra, afirma a mesma ser um material inovador que apresenta uma seleção criteriosa de conteúdos contemporâneos consistentes e pautados nos Parâmetros Curriculares nacionais. O autor ainda afirma que sua obra possui objetivo e missão de tornar o estudo dos alunos e o trabalho do professor ainda mais interessante. Para ele, a coleção apresenta um projeto gráfico diferenciado com recursos

textuais e visuais que proporcionam um trabalho com diversas habilidades.

Desde o início, Pellegrini se utiliza do termo “golpistas” quando se refere aos militares no poder, até a palavra “golpe” é utilizada mais vezes em comparação com Apolinário (2014). Como se pode perceber no trecho seguir: Pellegrini (2014, p.234), “A justificativa dos golpistas era a necessidade de garantir a ordem interna no país”. “Os golpistas contavam com o apoio de uma parte da sociedade brasileira, formada por latifundiários, grandes industriais e banqueiros, além de parte da classe média”. No entanto, observamos que diferentemente de Apolinário (2014) em sua obra *Projeto Araribá História*, o termo golpe civil-militar não foi mencionado nenhuma vez.

Em relação a exposição dos fatos sobre o governo militar, Pellegrini (2014) igualmente a Apolinário (2014), também optou por fazer uma cronologia histórica ressaltando os assuntos tidos de maior relevância no período. Na página 235, Pellegrini (2014) remonta uma linha do tempo enumerando os fatos a partir do dia 01 de abril de 1964 até 15 de janeiro de 1985 ano que Tancredo Neves é eleito indiretamente presidente da república. A utilização de charges, propagandas da época e trechos de jornais também são utilizadas, porém de maneira muito resumida. Em relação a resistência cultural nas artes, essa por sua vez teve destaque especial, o autor menciona com detalhes os movimentos dos artistas retratando a arte engajada, o tropicalismo, a música popular brasileira e o *rock* nacional como movimento cultural brasileiro na luta e resistência ao governo militar. Já o movimento estudantil com menos destaque é mencionado em caixa de texto sem trazer ao leitor maiores detalhes e reflexão. Vale mencionar que o movimento indígena e os movimentos operários não tiveram o devido espaço no texto do autor.

Pellegrini (2014), fugindo à regra em relação Apolinário (2014), privilegia, de modo mais amplo, questões como perseguições, prisões, torturas e exílios. Como pode ser observado no trecho a seguir:

[...] Muitas pessoas que faziam oposição ao regime foram perseguidas por esses órgãos: políticos, estudantes, trabalhadores, artistas e escritores, que podiam ser presos, torturados ou exilados. Em razão disso, muitos opositores do regime militar acabaram fugindo do país [...] os suspeitos podiam sofrer maus-tratos e castigos corporais diversos [...] práticas como choques elétricos, afogamentos, pau de arara, espancamento e a palmatória eram muito comuns nos quartéis. Muitas mulheres sofreram violência sexual (Pellegrini, 2014, p. 237).

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

Deste modo, pode se dizer que diversos personagens invisíveis da história tiveram voz e visibilidade, os dominados, assim como os dominantes tiveram o mesmo espaço na obra. O autor, assim como fez Apolinário (2014), dedicou, de forma mais sucinta, uma página relacionando o contexto da América Latina nas décadas de 1960 e 1970 com a ditadura militar no Brasil, intitulando “As ditaduras militares na América Latina”. Como pode ser observado no trecho a seguir: Pellegrini (2014, p.243), “Nas décadas de 1960 e 1970, a maioria das nações latino-americanas foram vítimas de golpes militares”. O autor utiliza como exemplo o golpe militar na Argentina, no Chile e menciona a Operação Condor.

Ao analisarmos o livro, ficou clara que a ideia proposta na apresentação está muito próxima de ser executada. A obra de Pellegrini (2014), além de apresentar uma escrita mais completa, tornou o conteúdo reflexivo e problematizado para o aluno.

A terceira obra analisada é denominada *História* de Celina Fiamoncini, de 2013. Igualmente a outras obras, a autora divide o conteúdo sobre ditadura militar no Brasil em três temas sendo eles: “O Golpe militar”; “A ditadura brasileira” e “O milagre econômico”. Diante do conteúdo analisado, observamos que assim como Pellegrini (2014), a Ditadura Militar Brasileira é explorada de forma linear e muito resumida. A autora utiliza o termo “Golpe militar” para se referir a tomada de poder pelos militares, como pode ser verificado no trecho a seguir: Fiamoncini (2013, p.44) “Diante da crise do governo de João Goulart, os militares brasileiros promoveram um golpe de Estado e assumiram o poder, instalando uma Ditadura Militar”. Também não descreve que setores da sociedade civil apoiaram a ditadura e não faz uso em momento algum do termo “Golpe civil-militar”. O livro apresenta o período como sendo tempos de grandes repressões, porém sem grandes aprofundamentos reflexivos.

A autora explana o assunto em três breves subtítulos atentando-se principalmente nos assuntos políticos e econômico do regime. Fiamoncini (2013), da mesma forma que Apolinário (2014), expõe os cinco presidentes daquele período correspondentes de 1964 a 1985, colocando-os de forma cronológica no qual a autora se dedica privilegiando as medidas tomadas nos governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Médice, Ernesto Geisel e João Figueredo, totalizando cinco páginas para isso. A oposição à ditadura e a população são lembrados de modo rápido, não possui o devido espaço no texto, desta forma, apenas poucos parágrafos são dedicados a cultura engajada e a Jovem guarda. A autora no corpo do seu texto não menciona em

momento algum os movimentos operários, movimentos estudantis e assuntos como, torturas, exílios e perseguições políticas. Em relação ao uso de imagens, a autora se utilizou de poucos recursos como charges, gráficos e trechos de jornais. Utilizou-se apenas de algumas imagens meramente ilustrativas. Fugindo à regra pelas outras coleções estudadas, esta não cita no corpo de seu texto sobre as ditaduras militares na América Latina.

Através dos temas expostos percebeu-se uma história política linear exclusivamente como estudo do passado, uma espécie de causa e consequências de fatos históricos sem maior problematização para os alunos, em parte, pode-se dizer que o livro apresentou uma narrativa muitas vezes omissa ao explorar determinados assuntos. Em relação aos movimentos de resistência e a visão dos vencidos, estes por sua vez não obtiveram o devido espaço em sua obra. São simplesmente pequenas citações e lembretes dos movimentos sociais surgidos no período que de longe são explorados da maneira em que deveriam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três Obras Analisadas não apresentam a construção de uma visão sobre Ditadura Militar no Brasil de forma homogênea, mas algo muito mais complexo em virtude da diversidade de ideias e interpretações divergentes entre os autores, sendo assim, muitos assuntos relacionados ao período estudado ainda permanecem obscuros e com muitas lacunas que precisam ser preenchidas.

Como pode ser percebido através da análise, a obra *Projeto Araribá História* de Maria Raquel Apolinário, de 2014, dá mais ênfase às questões ligadas à economia e a obra *História de Celina Fiamoncini*, de 2013 com enfoque mais político. Assuntos estes que se fazem presentes em todas as coleções, porém não abordadas com a mesma intensidade. Todos os textos descrevem o regime militar no Brasil como autoritário e expõem o lado prejudicial e negativo que afetou nossa sociedade, como as repressões, censuras, cerceamento dos direitos civis e da liberdade.

Através da análise foi observado que todas as obras, com exceção de *História* de Fiamoncini (2013), expõem que setores da sociedade civil apoiaram a ditadura militar, porém, o termo apropriado ditadura civil-militar segundo especialistas da área, foi utilizado somente pela obra *Projeto Araribá História de Apolinário* (2014). Já

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

a palavra golpe foi amplamente utilizada em todas as coleções analisadas em especial a obra *História* de Pellegrini (2014), que utilizou mais de duas vezes o termo “militares golpistas”.

As duas primeiras obras analisadas fazem uso considerável de imagens, charges, gráficos e recortes de reportagem sobre o período. A primeira obra *Projeto Araribá História* de Apolinário (2014) e a segunda *História* de Pellegrini (2014) trazem de forma peculiar sugestões de filmes livros e textos complementares que possibilitam maior entendimento sobre o período. A última obra analisada, talvez por ser publicada em 2013, não remete a outras fontes que abordem o tema.

Ao analisar as três coleções didáticas utilizadas atualmente em escolas da rede pública e particular da cidade de Iacanga- SP, sendo estas uma pequena amostragem do que é ofertado pelo mercado editorial as escolas brasileiras, podemos pontuar que os livros didático são materiais carregados de ideologias e sua escrita varia muito de acordo com a formação ideológica de cada autor. Portanto, mesmo com o crescimento e o surgimento de novas pesquisas ainda prevalecem nos conteúdos apresentados um discurso de acontecimentos cronológicos e factuais que nos contribui para a compreensão de que nenhuma obra didática é, portanto, incólume.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e concluir todo esse trabalho.

A Universidade do Sagrado Coração, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela pelo qual hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A minha orientadora Flávia dos Santos Arielo, pelo suporte, dedicação, correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional durante todos esses anos de estudos.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria, Helena Moreira. **Estado de Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2005.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1989.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

APOLINÁRIO, Maia Raquel. **Projeto Araribá- História**. 9º ano. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**. 1993. 360p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa nacional do livro Didático no Brasil (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CHAVES, E. A. **A música caipira em aulas de história: questões e possibilidades**. Curitiba. 2006. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

HIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História / Thais Nívia de Lima e Fonseca**. – 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

BASILIO, Cleiton Aparecido; ARIELO, Flávia dos Santos. *Disputas de memória sobre 1964: A Ditadura Militar em manuais didáticos da educação básica*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 159-176, 2019.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história**: Experiências, reflexões e aprendizagens. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FIAMONCINI, Celina. **História**. 9º ano. v. 3. Curitiba: Positivo, 2013.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985 Um Estudo sobre a Política Educacional**. 1990. 461 f. Tese de doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 19 de dezembro de 1990.

PELLANDA, N. C. **Ideologia e educação & Repressão no Brasil Pós 64**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PELLEGRINI, Marco. **História**. 9º ano. 1.ed. São Paulo: FTD, 2014.

GHIRALDELLI, P. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Cortes, 1991.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileiro: A Organização Escolar**. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930- 1973**. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SOUZA, M.I.S. Os empresários e a educação: o **IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.

VEDANA, Léa Maria. A educação em SC nos anos 60. **Esboços**. Florianópolis. V.5, n 5, dez. 1997.

VEIGA, I. P. **Repensando a Didática**. Campinas: Papirus, 1989.

